



APPACDM DE AVEIRO

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

7 de Março de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	99
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Activos Intangíveis	10
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
8	Réido.....	11
9	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	11
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
11	Benefícios dos empregados	112
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	112
13	Outras Informações	12
13.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	13
13.2	Clientes e Utentes	13
13.3	Outras contas a receber.....	13
13.4	Diferimentos	14
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
13.6	Fundos Patrimoniais	15
13.7	Fornecedores	1515
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	15
13.9	Outras Contas a Pagar.....	16
13.10	Outros Passivos Financeiros.....	16
13.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
13.12	Fornecimentos e serviços externos	16
13.13	Outros rendimentos e ganhos	17



13.14 Outros gastos e perdas	17
13.15 Resultados Financeiros	18
13.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	18



1 Identificação da Entidade

A "APPACDM DE AVEIRO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 126, Série II, com sede Rua Padre Luís Pereira, nº 1 – Azurva, 3800-737 Eixo, constituída por um Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) e três unidades residências em Santiago, S. Bernardo e Costa do Valado.

Este ano a Instituição acompanhou em todas as valências um total de 60 utentes e 10 formandos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 - Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2013 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2013 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os

efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2012) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos – Subsídios	840.710,53
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	1.358.046,24

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	122.904,00

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível, a Entidade continuará a operar no futuro, não existindo intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das operações, mantendo a atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os fins institucionais.

3.1.2 Regime do Acréscimo



As operações são reconhecidas quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados em contas de “Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são elaboradas em observância do princípio contabilístico da consistência.

3.1.4 Materialidade

Todos os acontecimentos e operações materialmente relevantes encontram-se registados e divulgados nas peças financeiras. A informação apresentada cumpre a exigência da materialidade e quantificação da omissão ou erro.

3.1.5 Compensação

Os saldos das contas são apresentados no activo e no passivo consoante os casos, não havendo compensação dos mesmos, conforme estabelecido pelas normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa divulgada nas Demonstrações Financeiras referente ao período anterior, cumpre o Princípio da Continuidade da Entidade e as políticas contabilísticas são aplicadas de forma consistente ao longo do tempo.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra adicionado de quaisquer outros valores directamente conexos destinados a colocar os bens na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual foram escriturados.



As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha recta de acordo o período de vida útil, em conformidade com a tabela constante do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha recta de acordo o período de vida útil, em conformidade com a tabela constante do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

3.2.3 Activo e Passivo Correntes

Associados

Não existem quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos, patrocinadores e associados que se encontrem em dívida no final do período.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de informação que aponte de forma objectiva e quantificável, que o saldo em dívida não será recebido na totalidade.

Os passivos financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos pelo valor da dívida e não possuímos valores em incumprimento.



Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica inclui as disponibilidades de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição;
- resultados acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que, o governo, outro instituidor ou a norma legal aplicável ao benefício obtido, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação.

À data de relato, não existem provisões registadas pois não existe conhecimento de eventuais perdas potenciais associadas aos saldos em aberto.

Relativamente a eventuais Passivos Contingentes não reconhecidos nas demonstrações financeiras, a Associação não tem conhecimento ou espera que venham a ocorrer quaisquer responsabilidades futuras.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os respectivos encargos financeiros foram reconhecidos em contas de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

A Associação é isenta de IRC nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. E os saldos das contas destas contas encontram-se relevados nas rubricas do balanço de acordo com a natureza do seu saldo.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram alterações de políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Activo tangível						
Terrenos e recursos naturais	62.656,65					62.656,65
Edifícios e out. construções	1.959.950,01	407,18				1.960.357,19
Equipamento básico	191.414,55	2.342,23				193.756,78
Equipamento de transporte	203.225,10					203.225,10
Equipamento administrativo	201.748,73					201.748,73
Outros Ativos fixos tangíveis	23.119,50					23.119,50
Imobilizações em Curso	404.270,64	58.537,50			118.520,64	344.287,50
Total	3.046.385,18	61.286,91	0,00	0,00	118.520,64	2.989.230,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e out. construções	808.160,32	38.875,81				847.036,13
Equipamento básico	189.796,98	3.424,14				193.221,12
Equipamento de transporte	203.225,10					203.225,10
Equipamento administrativo	201.356,12	209,74				201.565,86
Outros Ativos fixos tangíveis	23.119,50					23.119,50
Total	1.425.658,02	42.509,69	0,00	0,00	0,00	1.468.167,71



6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Activo Intangível						
Programas Computador	6.853,25					6.853,25
Outros Ativos intangíveis	27.600,00					27.600,00
Total	34.453,25	0,00	0,00	0,00	0,00	34.453,25
Depreciações acumuladas						
Programas Computador	6.853,25					6.853,25
Outros Ativos intangíveis	27.600,00					27.600,00
Total	34.453,25	0,00	0,00	0,00	0,00	34.453,25

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	203.111,85	203.111,85	0,00	178.080,19	178.080,19
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Outros Empréstimos						
Total	0,00	203.111,85	203.111,85	0,00	178.080,19	178.080,19



Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos	34.046,26	5.174,90	39.221,16	178.080,19	10.951,93	189.032,12
Mais de cinco anos						
Total	34.046,26	5.174,90	39.221,16	178.080,19	10.951,93	189.032,12

8 Rérito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	187.131,62	181.324,66
Quotas e jóias	1.581,00	1.569,53
Serviços Gerais e Secundários	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	3,88	82,04
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	188.716,50	182.976,23

9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não aplicável.

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017



Subsídios do Governo		
À Exploração	879.809,05	982.104,94
Apoios do Governo		
Ao Investimento	682.643,51	693.851,08
Total	1.562.452,56	1.675.956,02

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2018 e 2017 foram, em ambos os exercícios, 5.

Os órgãos directivos não usufruíram nem usufruem de qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 e em 31/12/2017 foi de 55.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	610.399,38	599.939,53
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	6.644,57	1.524,12
Encargos sobre as Remunerações	136.212,29	133.564,95
Seguros Acidentes Trabalho Doenças Profissionais	7.095,60	6.346,43
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	4.774,46	6.029,95
Total	765.126,30	747.404,98

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Activo		
Outras operações	1.738,24	2.038,24
Total	1.738,24	2.038,24
Passivo		
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

13.2 Clientes/utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	24.558,47	24.558,47
Utentes	118.726,44	30.527,95
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	143.284,91	55.086,42

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Clientes		
Utentes	0,00	19.203,64
Total	0,00	19.203,64

13.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:



Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outras operações		
Outros Devedores	721,00	721,00
Perdas por Imparidade		
Total	721,00	721,00

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Credores por acréscimo de gastos		
Electricidade, água, telefone e gás	1.626,25	1.384,29
Total	1.626,25	1.384,29
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos	6.616,60	62.872,25
Total	6.616,60	62.872,25

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	5.717,74	2.100,16
Depósitos à ordem	88.425,87	58.083,94
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	94.281,85	60.184,10



13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	131.382,53	0,00	0,00	131.382,53
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	343.137,99	5.877,56	300,00	348.715,55
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	753.991,08	49.950,00	-11.207,57	792.733,51
Total	1.228.511,60	5.877,56	-11.207,57	1.272.831,79

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2016
Fornecedores c/c	92.407,54	60.734,07
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
Total	92.407,54	60.734,07

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
Imp. sobre Rendimentos Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.119,42	10.271,82
Outros Impostos e Taxas	0,00	235,08
Total	7.119,42	10.587,48
Passivo		
Imp. sobre Rendimentos Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imp. sobre Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	5.478,50	7.187,75
Segurança Social	27.496,62	32.437,34
Outros Impostos e Taxas	103,72	231,56
Total	33.078,84	41.727,12

13.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		37,63		84,83
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		15.000,00		25.461,38
Credores por acréscimo de gastos		116.785,91		176.736,57
Outros credores		12.471,14		14.644,96
Total		144.294,68		216.927,74

13.10 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Descrição	2018	2017
Empréstimos Bancários	203.111,85	178.080,19
Outros empréstimos		
Total	203.111,85	178.080,19

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	825.090,81	982.104,94
Subsídios de outras entidades		
Donativos	31.564,97	37.617,09
Total	856.655,78	1.019.722,03

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos		
Serviços especializados	48.418,58	198.889,22
Materiais	6.143,57	10.416,00
Energia e fluidos	62.820,92	62.614,95
Deslocações, estadas e transportes	6.840,91	3.972,41
Serviços diversos	109.272,72	120.311,54
Total	231.496,70	396.204,12

13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	34,58	44,65
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários	231,50	3,26
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	8.827,05
Outros rendimentos e ganhos	100.253,26	52.940,45
Total	100.519,34	61.815,41

13.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	515,60
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	41.999,77	34.618,98
Total	41.999,77	35.134,58



13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.653,56	9.667,02
Despesas bancárias	5.276,19	2.598,40
Outros gastos e perdas de financiamento	13,55	1.767,37
Total	12.943,30	14.032,79
Juros obtidos	3,88	82,04
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total		
Resultados Financeiros	-12.939,42	-13.950,75

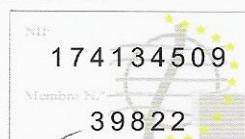
13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não existem acontecimentos subsequentes á data de encerramento das contas que alterem materialmente as demonstrações financeiras.

Aveiro, 7 de Março de 2019.

O Técnico Oficial de Contas

(Dr. João Carlos Pereira Vilela)



A Direção

José Pedro Fernandes

(Eng. José Pedro Fernandes)

Maria José dos Santos da Loura Carvalho
(Maria José dos Santos da Loura Carvalho)